



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS**  
**GABINETE**

**PORTARIA Nº 149 /2.007-GAB.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III Art. 4º do Cap. III da Lei Estadual nº 12.603, de 07 de abril de 1.995, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 28648846/2006 – 10.320, **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Outorgar a **AGROPECUARIA PALMA LTDA**, com sede à  
[redacted], no município de **Luziânia**, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ nº **37.363.835/0001-16**, por **12 (doze)** anos o  
uso das águas do **Ribeirão Jacobina**, no trecho localizado na [redacted], município de **Luziânia**, Estado de  
Goiás, **para acumulação de água em uma barragem.**

**Parágrafo Único** – Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão, deverão ser executadas  
no prazo de **01(um) ano**, para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima  
mencionado.

**Art. 2º** - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros  
usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela  
**SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS / SEMARH.**

**Art. 3º** - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização Hídrica realizada pelo  
ENGENHEIRO AGRÔNOMO **José Henrique Rodrigues de Melo**, **CREA-GO Nº 1841/D**, e o Levantamento Topográfico,  
realizado pelo TÉCNICO INDUSTRIAL EM AGRIMENSURA **Alcino Jose Bohnert**, **CREA-DF Nº 3507/TD**, os quais tornam-se  
**Responsáveis Técnicos** perante o Governo do Estado de Goiás, conforme Anotações de Responsabilidade Técnica.

**Art. 4º** - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 20, de 18 de junho de 1.986 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO  
AMBIENTE – CONAMA;
- III. Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1.995, que institui a Política  
Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
- IV. A barragem possui um volume acumulado útil mínimo de **8.207,629 m³ (oito mil, duzentos e sete vírgula seiscentos e  
vinte e nove metros cúbicos)**, para atender, juntamente com o volume acumulado em outro barramento (P. 10.313) a  
demanda hídrica de 06 captações (P. 10.316, P. 11.268, P. 10.319, P. 11.267, P. 10.310 e P. 11.165) além de manter  
regularizada a vazão à jusante do **Ribeirão Jacobina através de vertedor com controle de tábuas;**
- V. Verificar, junto aos Órgãos competentes, a necessidade de requerer o **Licenciamento Ambiental.**

**Art. 5º** - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das condições impostas nesta Portaria.

**Art. 6º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

**C U M P R A - S E.**

Goiânia, aos **08** dias do mês **março** de 2.007.

**HARLEN INÁCIO DOS SANTOS**  
Superintendente de Recursos Hídricos

**JOSÉ DE PAULA MORAES FILHO**  
Secretário